



Município de Azambuja

I – PROGRAMA DO CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

DIS/134/2024 - Serviços de Limpeza - Unidades de Saúde do Concelho de Azambuja

Junho de 2024



CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Divisão de Intervenção Socioeducativa - Saúde

DIS/134/2024 – SERVIÇOS DE LIMPEZA - UNIDADES DE SAÚDE DO CONCELHO DE AZAMBUJA

Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Artigo 1.º Identificação e objeto do Concurso	3
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º Decisão de Contratar	3
Artigo 4.º Fundamento da escolha do procedimento	3
Artigo 5.º Júri do procedimento	3
Artigo 6.º Concorrentes e Agrupamentos.....	4
Artigo 7.º Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento.....	5
Artigo 8.º Contratação Pública Eletrónica.....	5
Artigo 10.º Adjudicação por lotes	5
CAPÍTULO II - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	5
Artigo 11.º Propostas.....	5
Artigo 12.º Apresentação de Propostas Variantes	6
Artigo 13.º Indicação do Preço	6
Artigo 14.º Preço Anormalmente Baixo	6
Artigo 15.º Documentos que Constituem as Propostas	7
Artigo 16.º Idioma dos Documentos da Proposta	7
Artigo 17.º Modo de Apresentação das Propostas	8
Artigo 18.º Prazo para Apresentação das Propostas.....	8
Artigo 19.º Prorrogação do Prazo Fixado para a Apresentação das Propostas.....	9
Artigo 20.º Obrigação de Manutenção das Propostas.....	9
Artigo 21.º Alteração e/ou Retirada das Propostas.....	9
Artigo 22.º Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas.....	10
CAPÍTULO III - SELECÇÃO DOS FORNECEDORES.....	10
Artigo 23.º Análise das Propostas.....	10
Artigo 24.º Esclarecimentos e suprimento de Propostas.....	10
Artigo 25.º Critério de Adjudicação.....	11
Artigo 26.º Relatório Preliminar.....	11
Artigo 27.º Audiência Prévia.....	11
Artigo 28.º Relatório Final.....	11
Artigo 29.º Notificação da Adjudicação.....	12
Artigo 30.º Documentos de Habilitação.....	12
Artigo 31.º Idioma dos Documentos de Habilitação.....	13
Artigo 32.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação.....	13
Artigo 33.º Falsidade de Documentos e Declarações.....	14
CAPÍTULO IV – CAUÇÕES.....	14
Artigo 34.º Caução.....	14
CAPÍTULO V - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	14
Artigo 35.º Minuta do Contrato.....	14
Artigo 36.º Reclamações Contra a Minuta.....	14
Artigo 37.º Celebração do Contrato.....	15
Artigo 38.º Não Outorga do Contrato.....	15
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	15
Artigo 39.º Comunicações.....	15
Artigo 40.º Legislação aplicável.....	15
Artigo 41.º Despesas e encargos.....	15
Artigo 42.º Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.....	16
Artigo 43.º Foro competente.....	16
Artigo 44.º Cabimentação.....	16
Artigo 45.º- Anexo.....	16
ANEXO I - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS.....	17
ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇO.....	18
Anexo III - Declaração para a Identificação de Agrupamentos.....	19
ANEXO IV – Modelo, matéria laboral.....	20
Anexo V - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	21
ANEXO VI - COMPOSIÇÃO DO JÚRI.....	22



CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Identificação e objeto do Concurso

1. O presente procedimento é designado por **"DIS/134/2024 - Serviços de Limpeza- Unidades de Saúde do Concelho de Azambuja"**.
2. O presente programa de concurso compreende as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato a celebrar entre o Município de Azambuja e o adjudicatário, cujo objeto consiste na aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde do Concelho de Azambuja, em conformidade com as cláusulas técnicas descritas no Caderno de Encargos.

Artigo 2.º Entidade Adjudicante

Para efeitos do presente procedimento, é Entidade Adjudicante a Câmara Municipal de Azambuja, com sede na Praça do Município n.º19, 2050-315 Azambuja, número de identificação de pessoa coletiva 506821480, com telefone n.º 263 400 400, fax n.º 263 401 271, endereço de correio eletrónico: aprovisionamento@cm-azambuja.pt é utilizada a seguinte plataforma de contratação pública: <https://www.acingov.pt>.

Artigo 3.º Decisão de Contratar

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a decisão de contratar relativa ao presente procedimento foi tomada por despacho datado de 05 de junho de 2024, do Presidente da Câmara Municipal, no uso de competências delegadas, ao abrigo das propostas n.º 5-A/P/2021 e n.º 121/P/2023.

Artigo 4.º Fundamento da escolha do procedimento

A escolha do procedimento de concurso público foi tomada com fundamento na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, bem assim, pelo facto de a Entidade Adjudicante não dispor de recursos próprios para garantir a necessidade pública em questão.

Artigo 5.º Júri do procedimento

1. No âmbito do presente concurso será constituído um Júri a quem, designadamente, e nos termos do artigo 69.º do CCP, compete:
 - a. Supervisionar a abertura das propostas;
 - b. Proceder a apreciação das propostas;
 - c. Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do presente procedimento, quando solicitados pelos interessados;
 - d. Solicitar, aos concorrentes, os esclarecimentos necessários à apreciação das propostas;
 - e. Propor ao órgão competente para a decisão de contratar, decisão sobre a retificação das peças do procedimento, decisão sobre erros ou omissões identificadas pelos interessados e decisão de adjudicação.
 - f. Elaborar os relatórios de análise das propostas;
 - g. Realizar a audiência prévia dos interessados.



2. O Júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas, em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, a designar pela entidade adjudicante, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito de voto.
3. O Júri será composto por 3 membros efetivos, dos quais um será o presidente, e por 2 suplentes.
4. O Júri apenas poderá deliberar verificando-se a presença do número de membros correspondente ao dos seus membros efetivos, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos, fundamentadas e exaradas em ata.
5. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, menciona-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão fazer exarar as razões da sua discordância.
6. O órgão competente para a decisão de contratar poderá designar, se assim o considerar conveniente, peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções.
7. Os peritos ou consultores referidos no número anterior podem participar nas reuniões do Júri, mas não têm direito de voto

Artigo 6.º Concorrentes e Agrupamentos

1. Sem prejuízo do disposto o artigo 55.º-A do CCP, podem apresentar propostas no âmbito do presente procedimento todas as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e que cumpram com todos os requisitos do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos.
2. Podem ser concorrentes no presente procedimento agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Os membros de um agrupamento candidato ou de um agrupamento concorrente, não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.
4. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na fase da apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da proposta, nos termos do n.º 28 do presente Programa de Procedimento, e pelo pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas esses, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas ou Consórcio Externo, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81 de 28 de julho, com sede em Portugal.
6. O agrupamento deve fornecer à entidade adjudicante indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, assumindo igualmente que possui as condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Procedimento.
7. Não é permitida a alteração na composição do agrupamento de empresas, salvo autorização da entidade adjudicante, seja por substituição, entrada ou saída de qualquer membro, sob pena de exclusão do concurso.
8. A insolvência de qualquer das empresas integrantes de agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do concurso, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano de recuperação de empresas, judicial ou



extrajudicial, previsto na lei, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento pelos prejuízos causados à Câmara Municipal de Azambuja. O mesmo regime aplica-se à dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento.

Artigo 7.º Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

1. O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis para consulta nas instalações da Entidade Adjudicante, na morada indicada no artigo 2.º, em funcionamento todos os dias úteis das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, podendo qualquer interessado solicitar cópia das mesmas, em papel ou suporte informático adequado.
2. As peças do procedimento encontram-se também disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante, **acinGov**, disponível no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt> onde podem ser consultadas e copiadas pelos interessados.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica, que permite ao interessado efetuar a consulta e descarregar as peças tal como referido no artigo anterior, só é possível mediante a credenciação do mesmo junto da empresa **acinGov**, que gere o domínio <https://www.acingov.pt>.

Artigo 8.º Contratação Pública Eletrónica

1. A credenciação na plataforma **acinGov**, da qual depende a participação no presente procedimento, deverá ser efetuada através do sítio <https://www.acingov.pt> o qual indicará, os elementos necessários à identificação da empresa interessada.
2. A credenciação explicitada no número anterior permitirá ao interessado registado possuir um certificado de autenticação para o acesso à plataforma eletrónica.
3. É também exigido ao interessado a aquisição de um certificado qualificado (ex. Cartão de Cidadão, DigitalSign, Multicert, GTS, entre outros) de modo a poder assinar digitalmente todos os documentos constitutivos das propostas.
4. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, através da plataforma nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

Artigo 10.º Adjudicação por lotes

A presente aquisição não contempla a adjudicação por lotes.

CAPÍTULO II - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 11.º Propostas

1. Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. As propostas apresentadas pelos concorrentes têm de respeitar as características e condições previstas no



Caderno de Encargos e na legislação em vigor aplicável.

3. Quaisquer encargos relativos à elaboração das propostas, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com ela conexas, são suportados integralmente pelos concorrentes.

Artigo 12.º Apresentação de Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 13.º Indicação do Preço

1. Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço contratual referido no ponto anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Para efeitos do artigo 47.º do CCP, o preço base global do presente procedimento é **de € 325.560,00 (trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos e sessenta euros)** acrescido de IVA à taxa legal, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
4. Ao preço base global fixado nos termos do número anterior corresponde o preço base mensal de **€ 8.220, 00 (oito mil duzentos e vinte euros)** por mês durante os primeiros **12 (doze meses)** e de **€ 9.455, 00 (nove mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros)** por mês, durante os últimos **24 (vinte e quatro meses)**, sendo este o valor máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução mensal do objeto do contrato.
5. O preço constante das propostas não inclui IVA e deve ser indicado em euros, por extenso e em algarismos, com o máximo de duas casas decimais.
6. Em caso de divergência, os preços indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
7. Em caso de divergência de preço (total ou unitário) entre o que é apresentado na listagem da plataforma eletrónica e o apresentado em documentos que instruem a proposta, prevalece sempre este último.
8. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os mais decompostos.

Artigo 14.º Preço Anormalmente Baixo

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, não são definidas as situações



em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

Artigo 15.º Documentos que Constituem as Propostas

1. As propostas são constituídas pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
 - a) Documento referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, o qual constitui a declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o Anexo I ao CCP e com o Anexo I do presente Programa do Procedimento;
 - b) Formulário da Proposta, conforme modelo constante do Anexo II ao presente Programa de Procedimento, onde é indicado o respetivo preço global até à segunda casa decimal, bem como o preço unitário mensal, a praticar no âmbito do respetivo procedimento, com exclusão do IVA;
 - c) Declaração da Identificação de Agrupamentos, constante do Anexo III ao presente programa, se aplicável;
 - d) Declaração, sob compromisso de honra, de que o preço proposto para a execução dos serviços de limpeza respeitam todas as regras em matéria laboral, incluindo as constantes da Convenção Coletiva de Trabalho assinada entre a Associação Portuguesa de Facility Services — APFS e o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas — STAD e outra, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, na sua atual redação, de acordo com o modelo constante do Anexo IV ao presente Programa de Concurso;
 - e) Cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso à certidão permanente, no caso de o concorrente ser pessoa coletiva, ainda que integrada em agrupamento de concorrentes;
 - f) Outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
2. Não serão aceites propostas que contenham expressões restritivas, resolutivas ou excecionais, nomeadamente “preços sujeitos a alterações” e/ou “a confirmar no ato da aquisição”.
3. Quando as propostas sejam apresentadas por agrupamento de concorrentes, os documentos referidos nos números anteriores devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos com a proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 16.º Idioma dos Documentos da Proposta

1. Os documentos que integram as propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Caso os documentos que integram as propostas sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, declarando o concorrente que aceita a prevalência das traduções, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.



Artigo 17.º Modo de Apresentação das Propostas

1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma utilizada pela entidade adjudicante, sita no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, através de meios de transmissão escrita e eletrónica de dados, de acordo com o previsto no artigo 62.º do CCP e na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora a que foram submetidas, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Todos os documentos carregados na plataforma deverão ser assinados eletronicamente, pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar, fazendo prova dessa qualidade, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
5. Caso a proposta seja apresentada por agrupamento de concorrentes, os documentos da proposta devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram devendo ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
6. A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
7. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1 do presente, este deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação e referência do procedimento e a designação da entidade adjudicante e enviado por correio registado ou entregue diretamente na Secção de Aprovisionamento da Câmara Municipal de Azambuja - Praça do Município n.º 19, 2050-315 Azambuja -, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas e registar-se a respetiva data e hora de receção.
8. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documento, dele constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.
9. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Artigo 18.º Prazo para Apresentação das Propostas

1. As propostas e os documentos que as constituem serão entregues até às 23:59 horas do trigésimo (30.º) dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República, pelos Concorrentes ou seus representantes na Plataforma de Compras Públicas utilizada pela Câmara Municipal de Azambuja a que



poderão aceder através do endereço eletrónico: <https://www.acingov.pt>

2. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos, o prazo fixado para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

Artigo 19.º Prorrogação do Prazo Fixado para a Apresentação das Propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos referidos no presente programa de concurso sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por período equivalente ao do atraso verificado.
2. O período de prorrogação nunca será inferior a seis dias, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 64.º do CCP.
3. Quando as retificações ou aceitação de erros e omissões, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
4. Mediante pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveitará a todos os interessados.
5. Quando por qualquer motivo o programa de concurso ou o caderno de encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no artigo 7.º do presente Programa de Concurso, desde o dia da publicação do anúncio referido no n.º 1 do artigo 131.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
6. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

Artigo 20.º Obrigação de Manutenção das Propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de 180 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 21.º Alteração e/ou Retirada das Propostas

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à Entidade Adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.



Artigo 22.º Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas

1. O Júri do Procedimento, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.
2. Mediante atribuição de um *login* e de uma *password*, aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 e 2.

CAPÍTULO III - SELECÇÃO DOS FORNECEDORES

Artigo 23.º Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
2. São excluídas as propostas relativamente às quais se verifique qualquer uma das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 24.º Esclarecimentos e suprimento de Propostas

1. O Júri do Procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O Júri do Procedimento, quando aplicável, solicitará aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento e da concorrência, nos termos do proémio do n.º 3 do artigo 72.º do CCP, designadamente:
 - a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, incluindo as declarações dos anexos I e II do presente Programa do Procedimento;
 - b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
 - c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.



4. O júri do procedimento pode proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo ínsitos nas propostas apresentadas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos do seu suprimimento.
5. Os pedidos efetuados pelo júri do procedimento referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, sendo desse facto imediatamente notificados todos os concorrentes.

Artigo 25.º Critério de Adjudicação

1. A adjudicação é efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade Monofator, sendo avaliado o preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. Para efeitos da avaliação referida no número anterior, as propostas serão ordenadas por ordem crescente de preço, sendo graduada em primeiro lugar aquela que apresentar o preço mais baixo.
3. Se, por via da aplicação do critério de adjudicação, ficarem graduadas em primeiro lugar duas ou mais propostas, ou seja, em situação de empate, o desempate será concretizado através de sorteio.
4. A data, hora e local do sorteio a realizar serão notificadas, com o Relatório Preliminar, aos concorrentes graduados em primeiro lugar.
5. Do sorteio realizado será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais.
6. Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Preliminar com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se, ainda, a ata do sorteio.

Artigo 26.º Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas, o Júri do Procedimento elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, deve o júri do procedimento igualmente propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que se encontrem numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.
3. Do relatório preliminar constará referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, ao abrigo do disposto no artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 27.º Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri do Procedimento envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de cinco dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 28.º Relatório Final

1. Cumprida a audiência prévia, o Júri do Procedimento elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando



o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 70.º do ou no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõe o procedimento de concurso público, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 29.º Notificação da Adjudicação

1. Após a decisão de adjudicação, e até ao término do prazo de manutenção das propostas, todos os concorrentes são simultaneamente notificados, eletronicamente, desse mesmo ato.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário será notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa de Concurso e no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Confirmar no prazo de 3 dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições das propostas adjudicadas;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato.
3. As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 30.º Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar, em suporte digital e através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos:
 - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, em conformidade com o Anexo V ao presente Programa de Concurso – Anexo II ao CCP;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:
 - I. Registo Criminal, com indicação do fim a que se destina – Contratação Pública (no caso de se tratar de pessoas coletivas, dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - II. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for



o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

III. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

c) Comprovativo do registo na Central do Beneficiário Efetivo, nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 agosto.

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, pode o Adjudicatário, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Em caso de agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. A apresentação de quaisquer documentos comprovativos das titularidades das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, ainda que não constem do n.º 1 do presente artigo, podem ser solicitados pela Entidade Adjudicante, sendo fixado um prazo para o efeito.
5. O Adjudicatário deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues.
6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do n.º 1, em caso de dúvida fundamentada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 31.º Idioma dos Documentos de Habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos, e do disposto no número seguinte.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem os adjudicatários fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 32.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no presente Programa;
 - b) Redigidos em língua portuguesa ou, nos casos expressamente previstos no presente Programa de Concurso, acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo



adicional não superior a 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário, relativamente ao qual o facto ocorreu, para que este se pronuncie, por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, num prazo de 2 (dois) dias úteis.
4. No caso previsto na parte final do n.º 2 do presente artigo, deverá ser adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 33.º Falsidade de Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 3 do artigo anterior.

CAPÍTULO IV – CAUÇÕES

Artigo 34.º Caução

Para efeitos do presente procedimento, não será exigida a caução nos termos alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 35.º Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato será enviada ao Adjudicatário, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, nos termos do presente Programa de Concurso, para aceitação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando em relação à mesma não seja apresentada reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 36.º Reclamações Contra a Minuta

1. São admissíveis reclamações quanto à minuta quando dela constem obrigações não contidas nos documentos que integram o contrato, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 102.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Em caso de reclamação, será competente para decidir quanto à mesma o órgão competente para a decisão de contratar, devendo este comunicar ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o que houver decidido, entendendo-se que a rejeita se nada disser naquele prazo.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.
4. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelos adjudicatários são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.



Artigo 37.º Celebração do Contrato

1. O contrato será celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou do conhecimento sobre a decisão da reclamação, sem prejuízo do n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP.
3. No caso previsto no número anterior, as entidades adjudicantes comunicam ao adjudicatário o modo e o prazo para a assinatura do contrato.

Artigo 38.º Não Outorga do Contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário selecionado:
 - a) não remeter à Entidade Adjudicante o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado para o efeito, pelo órgão competente para a decisão de contratar,
 - b) no caso de o Adjudicatário selecionado ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 3 do artigo 4.º do presente Programa de Procedimento.
2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. No caso previsto no n.º 1, poderá ser instaurado ao concorrente selecionado um processo de contraordenação, os termos consignados nos artigos 455.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 39.º Comunicações

A todas as notificações e comunicações entre a Entidade Adjudicante, o Júri do Procedimento e os interessados/concorrentes, na fase de formação do contrato, aplica-se o disposto nos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Artigo 40.º Legislação aplicável

1. Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:
 - a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
 - b) Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro de 2014;
 - c) Código de Procedimento Administrativo;
 - d) Demais legislação especialmente aplicável.

Artigo 41.º Despesas e encargos

As despesas e encargos e emolumentos inerentes à celebração do presente contrato ou exigidos nos termos da Lei são da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário.



Artigo 42.º Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, os contratos a celebrar ao abrigo do presente procedimento estão isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Artigo 43.º Foro competente

Para dirimir todas as questões emergentes do presente procedimento será competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 44.º Cabimentação

1. Para efeitos do disposto na alínea d) do ponto 2.3.4.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), informa-se que o presente procedimento foi objeto, em 07 de junho de 2024, de prévia cabimentação no orçamento do Município de Azambuja na ação do Plano 0801.0101 nas rubricas económicas 020202, afetas à unidade orgânica 03 e está prevista nas Grandes Opções do Plano (Saúde - Intervenções no âmbito da delegação de competências), com o seguinte número sequencial de cabimento 1146/2024.
2. A entidade que preside ao concurso reserva-se o direito de não adjudicar, anular a adjudicação ou de anular o procedimento, nos termos previstos no CCP.

Artigo 45.º- Anexo

Em anexo, remete-se o caderno de encargos, inerente ao procedimento em causa, elaborado de acordo com o disposto no artigo 42.º do CCP.



ANEXO I - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento **DIS/134/2024 – SERVIÇOS DE LIMPEZA - UNIDADES DE SAÚDE DO CONCELHO DE AZAMBUJA** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo.



ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇO

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º do Programa do Concurso]

... (*identificação do representante legal do concorrente*), na qualidade de (*qualidade em que subscreve a declaração*) de (*identificação da sociedade ou agrupamento*), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de Concurso Público, com vista à celebração de Concurso Público com publicidade internacional n.º **[indicar referência do procedimento]**, designado por **DIS/114/2024 – SERVIÇOS DE LIMPEZA - UNIDADES DE SAÚDE DO CONCELHO DE AZAMBUJA**, obriga-se a celebrar e a executar o presente contrato de pelo preço global de [indicação do preço por extenso e algarismos, em euros, com respeito à segunda casa decimal), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

Sendo, **[indicação do preço por extenso e algarismos, em euros, com respeito à segunda casa decimal]** X 12 (primeiras mensalidades), ao qual acresce IVA à taxa legal;

e

[indicação do preço por extenso e algarismos, em euros, com respeito à segunda casa decimal] X 24 (últimas mensalidades), ao qual acresce IVA à taxa legal.

....., de, de

(assinatura)

[Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente nos termos do disposto nos números 4 e 5 do Artigo 57.º do CCP]



Anexo III - Declaração para a Identificação de Agrupamentos

_____(Identificação dos representantes legais das empresas constituintes do agrupamento), titulares dos bilhetes de identidade n.os _____, na qualidade de representantes legais de _____, tendo tomado conhecimento das condições estabelecidas para o concurso para adjudicação do fornecimento “DIS/134/2024 - Serviços de Limpeza - Unidades de Saúde do Concelho de Azambuja” promovido pelo Município de Azambuja, declaram, sob compromisso de honra que, em caso de adjudicação, se constituirão em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, em que a constituição do agrupamento será a seguinte:

Empresa	Sede	N.º de Telefone	N.º de Fax	% participação no agrupamento

Mais declaram que o âmbito da participação de cada empresa no presente fornecimento é:

Empresa	Trabalhos

Declaram ainda que se assumem solidariamente responsáveis pelo perfeito e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas no âmbito do presente CONCURSO, que aceitam a exigência de autorização prévia do Município de Azambuja para efetuar qualquer alteração na composição do agrupamento ou na sua liderança ou ainda nos dados fornecidos nesta declaração, sob pena de exclusão.

[Local e data]

[Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente nos termos do disposto nos números 4 e 5 do Artigo 57.º do CCP]



ANEXO IV – Modelo de declaração, sob compromisso de honra, do respeito pelas normas em matéria laboral.

[a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 15.º do Programa de Concurso]

_____ (indicar nome), com sede em _____, com o número único de matrícula e de pessoa coletiva _____, declara, sob compromisso de honra, que os preços apresentados no âmbito do procedimento referente à “DIS/SAÚDE/N.º 134 - Aquisição de Serviços de Limpeza – Unidades de Saúde do Concelho de Azambuja” respeitam todas as regras em matéria laboral, incluindo as constantes da Convenção Coletiva de Trabalho assinada entre a Associação Portuguesa de Facility Services — APFS e o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas — STAD e outra, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 2, de 15 de janeiro de 2020.

Mais declara que tem conhecimento de que a prestação de falsas declarações no decurso da fase de formação do contrato constitui contraordenação muito grave punível com coima de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44.800, consoante seja aplicada a pessoa singular ou a pessoa coletiva, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

[Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente nos termos do disposto nos números 4 e 5 do Artigo 57.º do CCP]



Anexo V - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do fornecimento **de Serviços de Limpeza para as Unidades de Saúde do Concelho de Azambuja**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
- c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — A declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da *Internet* onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local e data] [Assinatura do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente nos termos do disposto nos números 4 e 5 do Artigo 57.º do CCP]

1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

2 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

3 Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

4 Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

5 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

6 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

7 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

8 Declarar consoante a situação.

9 Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

10 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».



ANEXO VI - COMPOSIÇÃO DO JÚRI

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, foram nomeados os seguintes membros do Júri do concurso para adjudicação do procedimento **DIS/134/2024 - Serviços de Limpeza - Unidades de Saúde do Concelho de Azambuja**:
 - Presidente – Telma Oliveira
 - 1.º Vogal efetivo – Joana Regateiro
 - 2.º Vogal efetivo – Marco Delfim
 - 1.º Vogal suplente – Zília Brito
 - 2.º Vogal suplente – Alexandre Carnide